



ITEM 6

Minuta de IPC

Relatório Financeiro de Sustentabilidade – RFS

Apoio:



Idealização e Realização:



MINISTÉRIO DA
FAZENDA



Relatório Financeiro de Sustentabilidade

Uma nova era de transparência e responsabilidade fiscal para o setor público brasileiro. Esta apresentação detalha a proposta de implementação do Relatório Financeiro de Sustentabilidade (RFS), seus fundamentos normativos, benefícios estratégicos e os prazos de adoção para União, Estados e Municípios.

SUSTENTABILIDADE

GESTÃO PÚBLICA

CONTABILIDADE PÚBLICA



Agenda

O que abordaremos hoje

01

Contexto e Motivação

Por que o RFS é necessário agora?
Cenário fiscal brasileiro e lacunas de transparência.

02

O que é o RFS

Definição, escopo e estrutura do Relatório Financeiro de Sustentabilidade.

03

Prazos e Implementação

Cronograma escalonado: União (2027), Estados e Municípios grandes (2028), Municípios pequenos (2029).

04

Caso Prático: Vale Verde

Exemplo ilustrativo de alocação de capital e impacto fiscal real.

05

Alívios Regulatórios e Próximos Passos

Benefícios do primeiro ano e o caminho para a conformidade plena.

Contexto e Motivação

Por que o Brasil precisa do RFS agora?

O Problema Central

Governos dos entes brasileiros carecem de instrumentos contábeis que comuniquem, de forma ampla e integrada:

- a sustentabilidade financeira de longo prazo;
- riscos de governança; e
- questões ambientais e climáticas.

As Consequências da Inação

- Perda de credibilidade junto a investidores e organismos internacionais
- Decisões orçamentárias baseadas em informação incompleta
- Ausência de comparabilidade entre entes federativos
- Risco de colapso fiscal em municípios sem monitoramento adequado
- Perda de oportunidades na economia verde e submissão a riscos climáticos



Fundamento Normativo

Base Legal e Alinhamento Internacional

O Relatório Financeiro de Sustentabilidade é fundamentado nas melhores práticas internacionais de contabilidade pública, alinhado às normas do IPSASB (International Public Sector Accounting Standards Board) e às diretrizes do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e da STN.

IPSAS / NBC TSP

- IPSAS SRS 1 – *Climate Related Disclosures*;
- NBC TDS 1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade;
- NBC TDS 2 – Divulgações Relacionadas ao Clima.

Lei de Responsabilidade Fiscal

O RFS complementa e fortalece os instrumentos previstos na LRF, expandindo o escopo de transparência para além dos limites de endividamento já estabelecidos.

Agenda 2030 / ODS

A adoção do RFS posiciona o Brasil em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, especialmente o ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes) e 12 (Consumo e Produção Responsáveis).

O que é o Relatório Financeiro de Sustentabilidade?

O RFS é um instrumento de divulgação financeira que vai além do balanço patrimonial tradicional. Ele apresenta, de forma integrada e prospectiva, a capacidade do ente público de honrar seus compromissos financeiros no longo prazo, comunicando riscos, passivos contingentes e a trajetória fiscal esperada, mas não apenas isso, também questões de governança e meio ambiente.

Perspectiva Histórica

Desempenho financeiro passado e tendências

Visão Prospectiva

Projeções fiscais de médio e longo prazo

Gestão de Riscos

Passivos contingentes e sensibilidades fiscais



Objetivos do RFS e da Norma IPC-XX

O Relatório Financeiro de Sustentabilidade (RFS) representa um marco regulatório para a integração das informações climáticas e ambientais às demonstrações financeiras das entidades públicas.

A norma IPC-XX busca estabelecer princípios, requisitos e orientações que governam essa divulgação, alinhando o setor público aos padrões internacionais de transparência.

Objetivo do RFS

Proporcionar informações financeiras relevantes sobre riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade para usuários externos.

Objetivo da IPC-XX

Normatizar a estrutura de divulgação, garantindo comparabilidade, consistência e confiabilidade das informações entre entidades.

Relevância Estratégica

Fortalecer a tomada de decisão de gestores, legisladores e credores com dados climáticos, sociais e de governança integrados à contabilidade pública.

Conceitos e Definições Fundamentais

Riscos Físicos

Impactos financeiros decorrentes de eventos climáticos extremos (agudos) ou mudanças graduais de longo prazo (crônicos), como secas, inundações e aumento de temperatura, que afetam ativos, infraestrutura e operações da entidade.

Riscos de Transição

Riscos associados à migração para uma economia de baixo carbono, incluindo mudanças regulatórias, avanços tecnológicos, alterações no mercado e pressões reputacionais.

Oportunidades Climáticas

Benefícios potenciais decorrentes da resposta às mudanças climáticas, como eficiência energética, novos mercados de energia limpa, resiliência de ativos e acesso a financiamentos verdes.

Materialidade

Informação é considerada **material** quando sua omissão ou distorção pode influenciar as decisões dos usuários do relatório. A avaliação de materialidade deve considerar natureza qualitativa e magnitude quantitativa dos impactos financeiros.

Escopos de GEE e Tipologia de Gastos

1

Escopo 1 — Emissões Diretas

Emissões provenientes de fontes controladas diretamente pela entidade: frota própria, geradores, instalações operacionais. São de responsabilidade e controle integral da organização.

2

Escopo 2 — Emissões Indiretas de Energia

Emissões associadas à geração de energia elétrica, calor ou vapor adquiridos e consumidos pela entidade. Embora ocorram fora do perímetro físico, integram a pegada de carbono institucional.

3

Escopo 3 — Demais Emissões Indiretas

Emissões da cadeia de valor: fornecedores, contratados, viagens a serviço, resíduos gerados e uso de produtos/serviços adquiridos. Geralmente representam o maior volume de emissões da entidade.

Tipologia de Gastos — Propósito Principal vs. Secundário (Tagging):

- Gastos com **propósito principal** climático/ambiental são aqueles cuja finalidade central é mitigar riscos ou capturar oportunidades de sustentabilidade.
- O **tagging secundário** identifica gastos cujo propósito primário é outro, mas que produzem co-benefícios climáticos relevantes.

Requisitos de Divulgação — Área 1

Governança Climática e Institucional

A área de **Governança** exige que a entidade divulgue como os órgãos de supervisão e a alta administração identificam, monitoram e respondem aos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade. A transparência da estrutura decisória é fundamental para demonstrar accountability.



Órgãos de Supervisão

Divulgação do papel do conselho ou órgão equivalente no monitoramento de riscos climáticos, incluindo frequência de revisões e integração à agenda estratégica.



Papel da Administração

Identificação dos cargos e comitês responsáveis pela gestão diária dos riscos de sustentabilidade, com descrição das responsabilidades e processos de reporte.



Mecanismos de Controle

Descrição dos processos internos de verificação, auditoria e integração das informações climáticas aos controles de gestão existentes na entidade.

Requisitos de Divulgação — Área 2

Estratégia e Alocação de Recursos

Esta área exige a divulgação de como os riscos e oportunidades climáticas impactam o modelo de negócio, o planejamento estratégico e as decisões de alocação de recursos financeiros da entidade pública.

Impacto no Modelo Operacional

Descrição de como os riscos físicos e de transição alteram a prestação de serviços, os ativos mantidos e as obrigações financeiras de médio e longo prazo.

Planejamento Financeiro com Horizonte Climático

Integração dos cenários climáticos ao planejamento orçamentário plurianual (PPA) e aos planos de investimento, com análise de resiliência sob diferentes trajetórias de temperatura.

Alocação de Recursos e Tagging de Gastos

Identificação e quantificação dos recursos financeiros direcionados a atividades de mitigação e adaptação, com separação entre propósito principal e co-benefícios (tagging secundário).

Requisitos de Divulgação — Área 3

Metas e Métricas de Sustentabilidade

A terceira área de divulgação concentra os indicadores quantitativos e qualitativos que permitem avaliar o desempenho da entidade frente aos seus compromissos climáticos. São obrigatórias métricas transversais e específicas ao setor.

Indicadores Financeiros

Ativos expostos a risco climático, passivos contingentes, gastos com adaptação e mitigação classificados por propósito principal e secundário.



Métricas de GEE

Emissões absolutas e intensidade de carbono por Escopo 1, 2 e 3, com metodologia de cálculo, fatores de emissão e perímetro organizacional definido.



Desempenho Físico

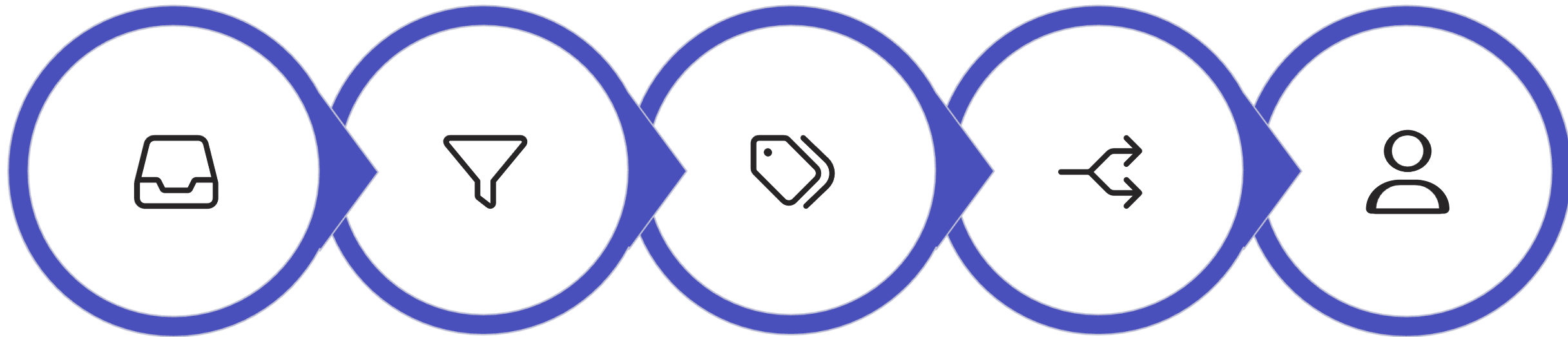
Indicadores de resiliência de ativos, consumo de energia, água e recursos naturais, e exposição a eventos climáticos extremos com impacto operacional.

- ☐ **Metas de Redução:** As entidades devem divulgar metas específicas, mensuráveis e com horizonte temporal definido, informando o ano-base, o progresso acumulado e os mecanismos de governança vinculados ao alcance das metas.

Orientações Práticas e Metodológicas

Os 4 Passos para Implementação do RFS

A norma IPC-XX estabelece um processo metodológico estruturado em quatro etapas sequenciais para garantir que a entidade identifique, classifique, segregue e valide corretamente todos os gastos e informações relacionadas à sustentabilidade antes da divulgação.



Captura e Triagem

Tagging

Segregação

Validação

Este processo garante rastreabilidade, comparabilidade e confiabilidade nas informações divulgadas, reduzindo riscos de greenwashing e inconsistências contábeis.

Passo a Passo Detalhado

Metodologia: Captura, Avaliação, Separação e Validação

1 Captura e Triagem

Levantamento sistemático de todos os gastos, investimentos e receitas com potencial impacto climático. Utilização de filtros por atividade econômica, tipo de ativo e natureza da despesa para identificar transações relevantes ao escopo da norma.

3 Separação por Propósito

Segregação contábil dos gastos classificados, com alocação às categorias de mitigação, adaptação e atividades transicionais. Registros devem ser compatíveis com o plano de contas público vigente.

2 Avaliação e Tagging

Análise do propósito predominante de cada gasto: **principal** (ação climática como finalidade central) ou **secundário** (co-benefício ambiental). Aplicação de tags padronizadas conforme taxonomia definida na IPC-XX para rastreamento e auditoria.

4 Validação Técnica – Certificação ou Ateste

Revisão independente por equipe técnica especializada ou auditoria externa. Verificação da consistência entre as classificações adotadas, os critérios normativos e as evidências documentais de suporte.

Exemplo Prático Hipotético

Município de Vale Verde — Visão Geral

O caso prático do Município de Vale Verde ilustra a aplicação integral da norma IPC-XX por uma entidade do setor público. Vale Verde é um município de médio porte com exposição significativa a riscos físicos (eventos de seca e inundação) e pressão por transição energética em sua frota e infraestrutura urbana.

Governança Implementada

Criação de Comitê de Sustentabilidade vinculado à Secretaria de Finanças, com reuniões trimestrais e reporte direto ao Prefeito e à Câmara Municipal.

Estratégia Climática

Plano Climático Municipal integrado ao PPA 2022–2025, com cenários de aquecimento de 1,5°C e 3°C para avaliação de resiliência de ativos críticos.

Alocação de Recursos

R\$ 42 milhões identificados como gastos climáticos no exercício, sendo R\$ 28 milhões com propósito principal e R\$ 14 milhões com tagging secundário.

Vale Verde — Quadro 1

Indicadores Financeiros de Sustentabilidade

O Quadro 1 do RFS de Vale Verde apresenta os principais indicadores financeiros vinculados à exposição climática, conforme exigido pela IPC-XX. Os dados abaixo refletem o exercício de referência e demonstram a materialidade financeira dos riscos climáticos para o município.

Indicador Financeiro	Valor (R\$ mil)	Observação
Ativos expostos a risco físico climático	R\$ 185.000	Infraestrutura hídrica e viária
Gastos com mitigação — Propósito Principal	R\$ 28.000	Energia solar e frota elétrica
Gastos com adaptação — Propósito Principal	R\$ 9.500	Contenção de encostas e drenagem
Tagging Secundário (co-benefícios)	R\$ 14.000	Obras multifuncionais com benefício ambiental
Passivos contingentes climáticos estimados	R\$ 32.000	Eventos extremos projetados 5 anos
Receitas vinculadas a ativos verdes	R\$ 4.200	Créditos de carbono e IPTU Verde

Vale Verde — Quadros 2 e 3

Emissões de GEE e Desempenho Físico

Quadro 2 — Emissões de Gases de Efeito Estufa

Escopo / Categoria	tCO ₂ e
Escopo 1 — Frota municipal	4.820
Escopo 1 — Instalações próprias	1.340
Escopo 2 — Energia elétrica	3.210
Escopo 3 — Cadeia de fornecimento	18.670
Total Geral	28.040
Meta de Redução (2030)	-40%

Quadro 3 — Indicadores de Desempenho Físico

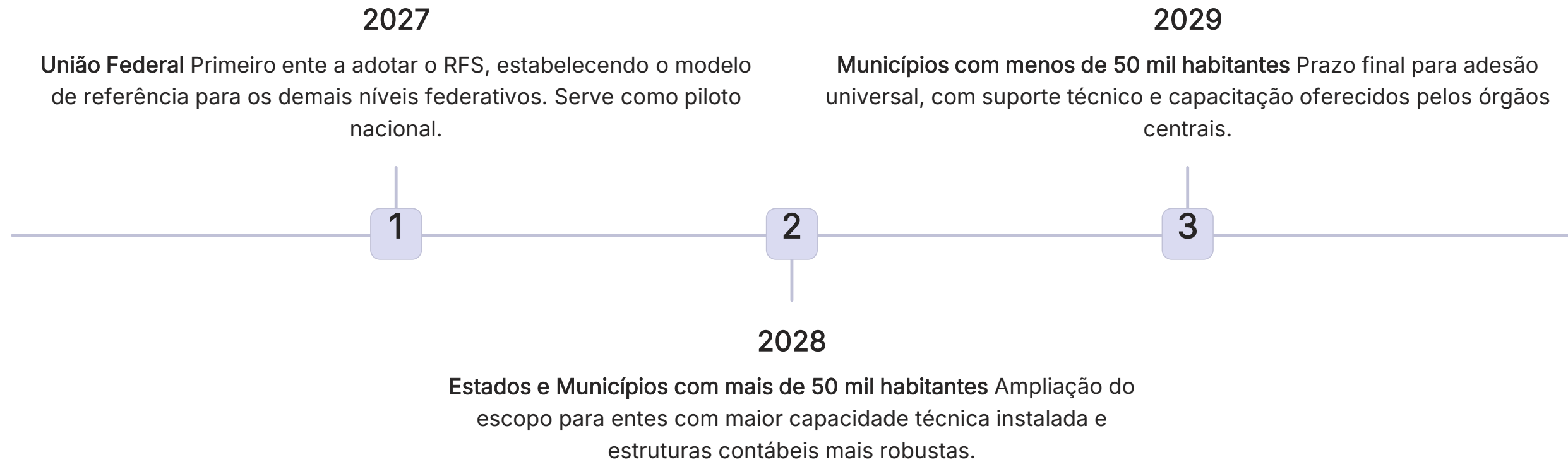
Indicador	Resultado
Consumo de energia (MWh)	48.320
Intensidade energética (MWh/R\$ mil)	0,42
Consumo de água (m ³)	2.140.000
Ativos com avaliação de resiliência	68%
Eventos climáticos extremos registrados	7 ocorrências
Área verde preservada (ha)	3.840

Nota Metodológica: Todos os fatores de emissão utilizados no Quadro 2 são baseados no Inventário Nacional de Emissões (MCTIC) e atualizados anualmente. O perímetro organizacional adotado é o controle operacional.

Cronograma de Implementação

Prazos Escalonados por Ente Federativo

A proposta prevê um cronograma gradual e responsável, respeitando as diferentes capacidades técnicas e administrativas dos entes da federação brasileira.



☐ O escalonamento garante tempo adequado para capacitação de equipes, adaptação de sistemas e desenvolvimento de metodologias locais, reduzindo o risco de implementação inadequada.

Síntese Final

Principais Conclusões e Próximos Passos

A adoção do **Relatório Financeiro de Sustentabilidade** conforme a norma IPC-XX representa uma transformação estrutural na contabilidade pública brasileira.

Trata-se de uma oportunidade para fortalecer a governança, a alocação eficiente de recursos e a confiança dos usuários da informação contábil.



Mapear a Estrutura de Governança Climática

Identificar os órgãos responsáveis, formalizar mandatos e integrar o tema à agenda do mais alto nível decisório do ente federativo.



Iniciar o Processo de Captura e Tagging

Implementar a metodologia dos 4 passos no próximo ciclo orçamentário, priorizando gastos de maior materialidade climática e financeira.



Capacitar as Equipes Técnicas

Investir na formação de contadores públicos, controladores e gestores nas metodologias de GEE, avaliação de risco climático e divulgação normativa.



Aproveitar os Alívios do 1º Ano

Utilizar o regime de transição para construir capacidade institucional sem comprometer a conformidade, preparando a entidade para a maturidade plena no tempo indicado.

Primeiro Ano de Vigência

Alívios Regulatórios: Reduzindo a Barreira de Entrada

Reconhecendo os desafios inerentes a qualquer grande mudança normativa, a proposta incorpora **alívios regulatórios significativos para o primeiro ano** de vigência de cada ente, tornando a transição mais gerenciável e aumentando as chances de sucesso na implementação.



Divulgação Simplificada

No primeiro ano, admite-se nível reduzido de detalhamento nas seções mais complexas do RFS, como projeções atuariais e riscos contingentes de longo prazo.



Suporte Técnico Intensivo

STN e CFC disponibilizarão materiais de apoio, modelos padronizados e capacitações presenciais e EAD para as equipes contábeis de todos os entes.



Ausência de Sanções Imediatas

Erros e omissões de boa-fé no primeiro exercício não resultam em penalidades, desde que identificados e corrigidos no exercício subsequente com nota explicativa.



Prazo Ampliado de Entrega

O primeiro relatório poderá ser entregue com prazo adicional de 60 dias em relação ao calendário definitivo, sem prejuízo da validade e conformidade do documento.

Obrigado!